

A Proposta de Ajustamento de Conduta

Tendo a Comissão concluído os procedimentos consignados nos incisos I a V do artigo anterior e, caso o profissional aceite o ajuste de conduta proposto pela Comissão, os funcionários designados para assistir à Comissão preparam o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos.

As verificações quanto ao cumprimento do TAC pelo profissional ficarão sob a responsabilidade do gestor da Unidade de Gestão de Inspeções – UGI.

Caso o profissional tenha cumprido todos os compromissos consignados no TAC, o Gestor da UGI cientifica à Comissão, que dará por encerrados os trabalhos a ela atribuídos, devendo o processo “SF” de “Apuração ou Exame de Atividades” ser arquivado até que novos fatos justifiquem sua movimentação.

Caso o profissional se recuse a celebrar o TAC, a Comissão apresenta proposta:

I – o Agente Fiscal, nos termos das Resoluções nº 1.008 de 2004 e nº 1.047 de 2013, lavra o auto de infração contra o profissional, em face do constante da alínea “c” do artigo 6º da Lei nº 5.194 de 1966, em processo próprio, identificado com capa de cor roxa, observando-se a incidência, reincidência ou nova reincidência;

Abaixo: manual de uso interno com dicas e recomendações sobre apuração e caracterização da prática de empréstimo de nome em obras, elaborado pelo corpo de fiscalização do Crea-SP.

Ao lado: comissão atuando na região de Santo André.



II – a Gerência de Fiscalização instaura processo de ordem “SF”, identificado com capa de cor roxa, em nome de todos os envolvidos, instruindo-o com cópia de peças do processo de “exame de atividades” do profissional denunciado, cabendo ao Agente Fiscal, nos termos das Resoluções nº 1.008 de 2004 e nº 1.047 de 2013, a lavratura de auto de infração com a capitulação e a penalidade às quais ficará o autuado sujeito, assim que transitado em julgado o auto de infração definido no item anterior e se desfavorável ao profissional.

Caso a Comissão conclua pela pertinência da sujeição do profissional por negligência e/ou imprudência, em face da Decisão Normativa nº 69 do Cofea, o gestor da fiscalização encaminhará o processo instaurado à Câmara Especializada pertinente para análise quanto à instauração de processo de cancelamento de registro, nos termos do artigo 75 da Lei nº 5.194 de 1966, consignando as providências adotadas em face do inciso I deste artigo, ou mesmo da instauração de processo ético-disciplinar.

No caso de não atendimento a reiterado ofício de convocação ou do descumprimento pleno ou mesmo parcial dos compromissos assumidos no TAC, a Comissão será cientificada do fato e fará análise acerca da propositura de eventuais medidas punitivas cabíveis.

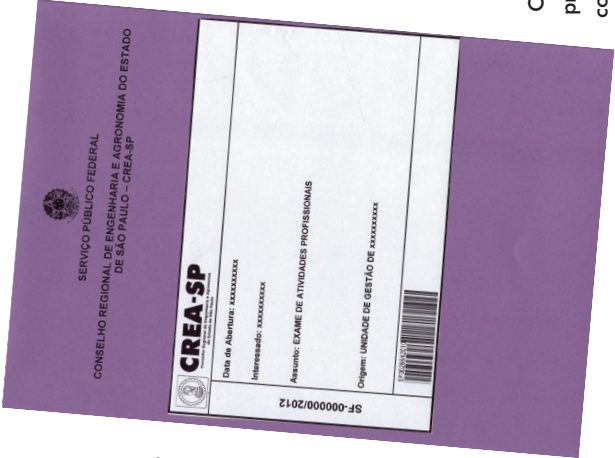


Eventuais Processos e seu Trâmite

Com base nas proposituras da Comissão, o gestor de fiscalização instaurará processo de ordem “SF” de infração, identificado com capa de cor roxa, nos termos da alínea “c” do artigo 6º da Lei nº 5.194 de 1966, a cada obra/serviço em que tenha sido caracterizada a prática de empréstimo de nome, sujeitando o autuado às penalidades previstas no artigo 74, da Lei nº 5.194 de 1966.

Os processos de infração instaurados contra o profissional, decorrentes do processo de “exame de atividades” com a propositura da Comissão pelo cancelamento de registro, previsto no artigo 75 da Lei nº 5.194 de 1966 ou, ainda, de apuração de conduta ética, deverão ser submetidos à análise prévia da Câmara Especializada pertinente.

O processo de infração contra a pessoa “acobertada”, nos termos da alínea “a” ou alínea “b” do artigo 6º, ou mesmo do



Capa de processo de cor roxa

A Participação do Ministério Público Federal

Por força do Termo de Cooperação Mútua celebrado entre este Conselho e o MPF, os casos em que o profissional se recusar a ajustar sua conduta ou não cumprir o compromisso assumido, conforme consignado no TAC, deverá ser encaminhada à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do

Estado de São Paulo – MPF uma cópia do processo de “Exame ou de Apuração de Atividades”, instaurado em nome do profissional, para adoção de medidas a ela pertinentes.

Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência ou por quem tiver delegação específica.



Renovação do Termo de Cooperação entre Crea-SP e Ministério Público Federal



CREA-SP

0800 171811 • www.creasp.org.br

Desenvolvido pelo Depto. Operacional (DOP/SUPFIS)

Revisão e arte: Depto. de Comunicação (DCO/SUPCEV)



Escaneie o código QR e acesse o Portal do Crea-SP



COMBATE AO “CANETEIRO”

Contra o Empréstimo de Nome



CREA-SP

INFRATORES PODEM ADERIR AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PROFISSIONAL

Desde o início de sua gestão à frente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, em janeiro de 2012, o Presidente do Crea-SP, Eng. Francisco Kurimori vem enfatizando o compromisso que assumiu com os profissionais da área tecnológica, e com a sociedade de modo geral, no sentido de aprimorar e atualizar a metodologia de fiscalização do Conselho. Dentre as novas frentes de fiscalização hoje instaladas na Autarquia, o combate à prática do empréstimo de nome é prioridade da atual administração, implicando procedimentos mais corretivos que punitivos.

A prática do empréstimo de nome, prevista na alínea “c” do artigo 6º da Lei Federal nº 5.194/66, denigre e desmoraliza a profissão perante a sociedade, colocando em risco a integridade física de pessoas e de seus bens patrimoniais, podendo, ainda, dependendo das circunstâncias, configurar os crimes previstos nos artigos 132 e 256 do Código Penal.

Mesmo sendo o assunto tratado claramente pela legislação do Sistema Confea/Crea, ainda é possível contabilizar grande número de obras e serviços cuja Responsabilidade Técnica é assinada pelos profissionais que emprestam seus nomes (caneteiros), renegando a função social que o cidadão de bem espera que assumam no trato com a sociedade. Esta atitude é apontada no artigo 75 da Lei Federal nº 5.194/66 como má conduta pública – e o Conselho paulista não poderia se furtar à missão de combater esse tipo de comportamento.

O projeto que estabeleceu metodologia de trabalho na produção de provas de empréstimo de nome e para o processamento dos elementos levantados durante operação fiscal valeu-se de novo instrumento de solução pacífica que induz o profissional a corrigir situações de irregularidade sem a necessidade de aplicação de penalidades que resultam processos desgastantes, morosos e onerosos.

Tal instrumento, de uso inédito nas ações fiscalizatórias dos Creas, denominado “Termo de Ajustamento de Conduta – TAC” está fundamentado no §6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, a saber: “Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.”.

Embasado no Termo de Mútua Cooperação celebrado entre o

Crea-SP e o Ministério Público Federal – MPF, este, no intuito de fortalecer o combate ao mau exercício profissional promovido pelo Conselho, prontificou-se a adotar, no âmbito de sua competência, medidas legais sempre que houver recusa na celebração do TAC ou em caso do profissional compromissário descumprir o acordo celebrado.

As ações fiscalizatórias com o uso da metodologia definida no projeto vêm sendo realizadas desde outubro de 2012, com foco voltado aos profissionais que apresentam número elevado de ARTs, além de outros indícios que apontam a ocorrência de empréstimo de nome.

Mediante formação de Grupos Especiais, foram empreendidas ações em diversas localidades do Estado de São Paulo, que apuraram, dentre outras irregularidades, a prática de empréstimo de nome, tanto no desenvolvimento do projeto como na direção e execução da obra/serviços.

Para analisar os trabalhos desenvolvidos pela fiscalização, bem como formular e apresentar as proposições do ajustamento de conduta ao profissional fiscalizado, foram formadas, mediante Portaria específica, Comissões compostas de Conselheiros e Inspetores da região.

As operações empreendidas resultaram em encaminhamentos de processos às Câmaras Especializadas e Ministério Público Federal.



Comissão atua na elaboração e implementação do TAC.

INSTRUÇÃO Nº 2557/2013 O QUE FAZ O CREA-SP

Providências Iniciais

A partir da Instrução nº 2.557/2003 a fiscalização do Crea-SP está atuando intensiva e corretivamente sobre o mau exercício profissional quando:

- 1 – Não é apurada a adoção do Livro de Ordem por parte do profissional;
- 2 – Há denúncia oriunda da Comissão Auxiliar de Fiscalização – CAF, de Entidade de Classe (associação de profissionais) ou do público em geral, que aponte eventual prática de empréstimo de nome;
- 3 – É constatada pelo Agente Fiscal a existência de evidências e/ou fortes indícios de empréstimo de nome praticado por determinado profissional.

A fase inicial da operação consiste na montagem de dossiê do profissional com as seguintes peças básicas:

- 1) Levantamento nos arquivos do Crea-SP sobre o endereço atualizado do profissional e sua situação de registro e anuidade;
- levantamento de Responsabilidade Técnica por Pessoa Jurídica e dados completos da mesma;
- levantamento de eventuais processos de apurações ou de infrações com as correspondentes fases de tramitação;
- levantamento de outras informações complementares;

- 2) Cópias das ARTs registradas no ano anterior e no exercício vigente, classificadas por tipo de atividade, como regularização de edificação, laudo/perícia, projeto, projeto + direção/ execução, orientação e fiscalização, bem como porte e localização;
- 3) Levantamento de dados via “Internet” sobre o profissional em foco, assim como de pessoas físicas e jurídicas a ele relacionadas;
- 4) Levantamento de informações na região sobre a forma de atuação do profissional, do tipo de relacionamento com desenhistas/projetistas, dos trabalhos/atividades técnicas, da rotina diária e de outras ocupações, mesmo que não vinculadas à área tecnológica;

Após levantamento desses dados e informações, os gestores da Fiscalização do Crea-SP verificam se os indícios, inicialmente apontados por denúncia, realmente procedem. Em caso positivo, efetua-se o dimensionamento da equipe de fiscais e se estabelece um cronograma para a consecução da operação. Caso contrário, sugere-se trabalhos/atividades técnicas, da rotina do assunto, apresentando-se ainda as devidas justificativas.

Instauração de Processo e Instituição de Comissão

Com a conclusão dos procedimentos de inquirição do profissional, o gestor de fiscalização determina a instauração de processo de ordem “SF” de “Exame de Atividades” no nome do profissional, identificado com capa de cor roxa (veja modelo no verso), no qual são anexados:

- I - denúncia / representação e/ou informações que motivaram o início das ações;
- II - todas as peças resultantes de pesquisas internas e externas sobre o profissional suspeito;
- III - relatório de cada obra/serviço com a caracterização de empréstimo de nome correspondente;
- IV - planilhas contendo a relação de endereço das obras/serviços e correspondentes estágios físicos registrados pelas equipes de fiscalização;
- V - declarações do profissional reduzidas a termo e formulário contendo relação de endereços de obra/serviço e correspondente estágio físico pelo mesmo declarado;
- VI - relatório sucinto dos resultados das ações fiscais empreendidas e informações de arquivo.

O gestor de fiscalização deve providenciar a indicação de 3 (três) integrantes da Comissão, sendo um Conselheiro da região, um Inspetor-Chefe e um Inspetor, os quais serão nomeados mediante instrumento administrativo específico.

Os Trabalhos da Comissão

Com a nomeação formal dos integrantes da Comissão, o gestor de fiscalização dá ciência do teor do documento aos mesmos, que terão as seguintes incumbências:

- I - efetuar análise do processo de “Exame de Atividades” correspondente;
- II - avaliar a consistência das provas produzidas pela fiscalização;
- III - definir a data da convocação do profissional para a celebração do TAC;
- IV - atender o profissional convocado participando-o das irregularidades apontadas pela fiscalização, dando a oportunidade para a apresentação de manifestação quanto ao exposto;
- V - propor ao profissional em foco a celebração de Termo de Ajustamento de
- Conduta Profissional – TAC;
- VI - elaborar relatório dos trabalhos da Comissão com a apresentação de proposições sobre as medidas legais pertinentes em caso de:
 - a) não celebração do TAC,
 - b) descumprimento do TAC ou
 - c) não atendimento a qualquer um dos ofícios de convocação.
- VII - juntar no relatório a eventual manifestação preliminar apresentada pelo profissional quando da sua convocação.